

**ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004**

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----

-----**REUNIÃO 28 DE DEZEMBRO DE 2004**-----

-----**ACTA NÚMERO CATORZE / DOIS MIL E QUATRO**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – Lúcia Maria Silva Poseiro;-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Américo António Melro Sebastião (PSD); Susana Paula Rodrigues Agostinho (BP); M.<sup>a</sup> Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira (CDU); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); António Maria Costa Timóteo (CDU); Carlos João Pereira da Fonseca (PSD); Susana Paula Geraldês T. Manco (PS); João António Ricardo Mateus (BP).; Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Abel José M. Bruno Henriques (BP); Paulo Pereira Rodrigues (PSD); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Luís Filipe Godinho Montez (CDS/PP); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); José Manuel G. Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Maria Norberta P. Ferreira Santos (BP); Joaquim Marcos Henriques (BP).-----

-----Faltou a esta reunião o senhor Victor Manuel Ferreira Fonseca (PS).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, vereadores Luís Alberto Camilo Duarte, Jorge Manuel Costa Pereira, José António Silva Filipe, Manuel Quintino Filipe Silva e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Aires, a Chefe de Divisão técnica Antónia Vargas, o Chefe da Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Urbanismo Alberto Jorge Jerónimo, a Técnica Superior Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Tabora Ferreira.-----

-----Pelas 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu no Auditório Municipal do Bombarral.-----

-----Aberta a sessão foi guardado um minuto de silêncio em memória do senhor Armando Rego, ex-vereador e ex-Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e das 60 mil vítimas do terramoto e maremoto no sudoeste asiático.-----

-----**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA:** O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse ter estado atento às palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral na anterior reunião e ficou um pouco surpreendido com o teor da mensagem, tendo depreendido que este protocolo deu lugar a várias reuniões, o que não foi uma realidade. Os Presidentes de Junta de Freguesia chegaram a esta reunião sem qualquer encontro de preparação, conversação ou outra para este protocolo. Foram convidados para uma reunião que não pode designar como tal porque foi feita num restaurante. Fica desagradado com a situação apesar de reconhecer o esforço do vereador, porque a Junta de Freguesia de

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

Vale Covo sempre demonstrou que o mais importante seria o método, tendo apelado a que em 2004 houvesse reuniões de trabalho para terem um documento que fosse esclarecedor das competências de ambas as partes, mas isso não foi feito. Lamenta que não pudessem ter falado mais sobre a entrega das verbas. Cada vez mais as Juntas de Freguesia vão ter encargos com as escolas e vão ter de esperar 3 meses que a Câmara Municipal disponibilize as verbas. Tinha também a intenção de falar de protocolos adicionais, porque as Juntas de Freguesia devem ter a possibilidade promover obras apoiadas pelos serviços técnicos da Câmara e participadas pela Câmara. Pensa que perderam muito por não haver diálogo durante 2004. Aumenta-se o dinheiro, o que é muito bom mas que para a Junta de Freguesia de Vale Covo não chega, porque existe cada vez mais disparidade entre as Juntas de Freguesia na distribuição do dinheiro. Este ano não era para ser através da fórmula do FEF mas como não houve diálogo teve de se aplicar a fórmula do ano passado. Fez entrega de um documento que é um resumo dos protocolos existentes na região e que merecia ter sido discutido por todas as Juntas de Freguesia. Vai votar favoravelmente mas gostaria que o documento tivesse sido elaborado de outra forma. -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse ter ficado a saber que o vereador com o pelouro das Juntas de Freguesia, um dos mais importantes pelouros da autarquia, só reúne uma vez por ano nas vésperas da aprovação do protocolo, o que é de lamentar. Trata-se de assuntos sérios que devem ser discutidos em mais do que uma reunião. Quanto à forma como é apresentado o protocolo registando o facto de não vir mencionada a forma como é distribuído o dinheiro, sugerindo que os pagamentos sejam feitos no início de cada trimestre. Desde há 2 anos que se tem lamentado pelo facto das verbas serem mínimas, pelo que se congratula por este ano haver um aumento significativo. O PS não concorda com a forma protocolada de distribuição das verbas porque não existe um princípio de solidariedade. O que defendem é a existência de um princípio de justiça e equidade, porque distribuir de forma percentual, não é equitativo nem justo. Solicitou que os serviços municipais expliquem a forma como esta verba vem no orçamento da autarquia. Não entende como é que a limpeza de bermas e caminhos e espaços ajardinados seja despesa de capital, quando no próprio orçamento da Câmara os mesmos surgem como despesa corrente. Propôs que a Câmara Municipal passe a funcionar com as Juntas de Freguesia de forma mais transparente e eficaz através de um protocolo de despesas correntes e de protocolos de investimento. Lembrou que os Presidentes de Junta de Freguesia são mais frequentemente abordados pelo que não fazem do que o Presidente da Câmara, porque lidam diariamente com as populações. Seria mais benéfico se a partir deste ano a Câmara começasse a dar crédito aos Presidentes de Juntas de Freguesia. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral desejou que este protocolo e o orçamento da Câmara sejam aprovados para que as verbas façam proveito às outras freguesias, porque provavelmente a freguesia do Bombarral não vai conhecer o sabor do mesmo porque na Assembleia de Freguesia houve quem reprovasse o orçamento da Junta após o ter elogiado, quem o reprovasse sem nada ter

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

dito, já para não falar em quem faltou para não se comprometer. Refutou as afirmações da D. Susana Manco, dizendo que o vereador das Juntas reuniu com os Presidentes de Junta que o solicitaram. Em relação à aproximação das verbas entre as Juntas de Freguesia considera as comparações mal feitas porque só a freguesia de Bombarral tem mais salas de aulas, mais espaços ajardinados e tantos caminhos florestais como as pequenas freguesias juntas. É um direito justo das pessoas acharem a que a sua freguesia é a maior do mundo, mas deve-se dimensionar a área, a população e as responsabilidades fixas que as Juntas têm. Aceita este protocolo com reservas. Concorda com protocolos pontuais com as Juntas de Freguesia que apresentem projectos credíveis e válidos. A Junta de Freguesia de Vale Covo tem projectos para a sua freguesia que devem ser apoiados pela Câmara Municipal, mas rebaixar a freguesia de Bombarral é que jamais permitirá. Pede a quem reprovou o orçamento da freguesia de Bombarral que pondere, lembrando que pediram uma segunda reunião para aprovação do mesmo orçamento porque está bem elaborado.-----

-----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (CDU) disse que pelo que podem ver as coisas não estão a correr bem. O vereador João Carlos Duarte tinha dito que houve várias reuniões, mas o Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse que não houve nenhuma e o Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral disse que reuniu com o vereador a seu pedido. Considerou que o vereador João Carlos Duarte não pode tratar as Juntas de Freguesia de forma diferente, tendo obrigação de reunir com todas. Pelo que tem assistido nas reuniões da Comissão de Urbanismo, é notório que os Presidentes de Junta de Freguesia aproveitam a presença do senhor Presidente da Câmara para exporem os seus problemas porque não têm outra forma de o fazerem. De facto existe um deficit muito grande de entendimento entre o responsável do pelouro e as Juntas de Freguesia, o que é lamentável e inaceitável ainda mais tendo em conta o papel das Juntas de Freguesia no concelho. Solicitou informação sobre se em face da criação do agrupamento de escolas, a Escola E.B. 2,3 Fernão do Pó está incluída na alínea c) do protocolo.-----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça disse que também na sua Junta não foi aceite de bom grado esta distribuição de verbas, lembrando que o Bombarral tem 18,2 km<sup>2</sup> e recebe € 95.177 e a Roliça tem 23,3 km<sup>2</sup> e recebe € 64.943,38. A Junta de Freguesia de Roliça tem 13 salas de aulas e é a maior do concelho, com excepção do Bombarral que tem 22, mas continua a receber menos verba. Lamenta que não esteja no protocolo que as verbas são distribuídas mensalmente, porque sabe que a Câmara Municipal não faz pagamentos a tempo e horas. Lembrou que na Assembleia de Freguesia de Roliça, foi aprovado o orçamento, mas com o voto contra do PSD.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo referiu que longe de si a intenção de querer rebaixar qualquer outra freguesia, mas injustiças é que não. Não deixará de reivindicar os direitos para a sua freguesia. Não discute as verbas para a freguesia do Bombarral porque se calhar até é pouco, o que discute é a justiça da distribuição. Lembrou que 12 dos 18,2 km<sup>2</sup> da freguesia de Bombarral dizem respeito à malha urbana, ou seja, a Junta de Bombarral tem apenas 6 km<sup>2</sup> para as suas

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

competências, pelo que é a mais pequena freguesia do concelho em termos de trabalhos específicos e a grande fatia do protocolo são os pequenos trabalhos. Dentro da malha urbana quem faz a limpeza dos arruamentos e dos espaços ajardinados, bem como os pequenos trabalhos e limpeza das escolas é a Câmara, mas a si foi-lhe dito a competência para a limpeza das escolas era das Juntas de Freguesia. O interessante é discutir a forma como as verbas são distribuídas. Que venha do Estado compreende, mas vindo da Câmara Municipal pergunta onde está a justiça porque dentro da malha urbana continua a ser a Câmara a fazer os trabalhos. Se a verba contemplada para a Junta de Freguesia de Bombarral for insuficiente é o primeiro a votar para que haja um a alteração, mas deve haver o mesmo tratamento para todos. A Câmara Municipal não deve fazer os trabalhos só para alguns, porque se não vai reivindicar que a Câmara também faça as limpezas de arruamentos no Vale Covo. Não estão contra a verba apresentada, porque foi também proposta pelos vereadores do BP e há dois anos que reivindicavam estas verbas. A questão é a forma como a verba é aplicada. Lembrou que das 4 reuniões que estiveram marcadas, todas foram desmarcadas no próprio dia, inclusivamente uma visita às freguesias. Se todas as 2.ªs feiras o vereador está presente nas reuniões de Câmara, pergunta porque não reúne 2 ou 3 vezes por ano com as Juntas de Freguesia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que desde sempre as Juntas de Freguesia pediram que fosse a Câmara Municipal a distribuir as verbas, o que desde sempre foi enjeitado pela Câmara, porque se o fizesse seria acusada de estar a usar um tom paternalista para com as Juntas e, por outro lado, também desde sempre as Juntas de Freguesia têm discutido as razões da diferenciação na distribuição das verbas, mas não têm conseguido uma convergência em relação a outro método de distribuição. Se os presidentes de Junta de Freguesia não chegam a acordo no critério, há razões para esgrimirem argumentos que não imponham qualquer nivelamento. Qualquer Presidente de Junta de Freguesia tem dificuldade em explicar nos seus executivos as razões do critério que aceitaram. As verbas serão sempre insuficientes. Fez menção de referir que se sentiu a necessidade, face a alguma argumentação, de preparar e ultimar os projectos de requalificação dos largos de São Mamede e Sobral do Parelhão. Tendo em consideração que a vila de Bombarral tem em elaboração um plano de requalificação dos espaços, julga que se deve evoluir no sentido de levantar as necessidades de requalificação que venham a ser indicadas pelos Presidentes de Junta de Freguesia para se passar à execução das mesmas. Não são totalmente justas algumas referências feitas sobre o vice-Presidente da Câmara e a menorização das Juntas. Julga que algo do referido não corresponde à realidade, não e podendo dizer que diferenciação no tratamento das Juntas. A circunstância de estar presente nas reuniões da Comissão de Urbanismo é aproveitada pelos Presidentes de Junta de Freguesia para colocarem questões, mas isso não supera o que deve ser o trabalho do vereador das Juntas de Freguesia, que tem tido um tratamento de critério com as várias Juntas de Freguesia. Não sendo obtido pelas Juntas de Freguesia um critério objectivo de distribuição das verbas, a Câmara Municipal ao procurar utilizar a fefização da distribuição, não está senão a utilizar um critério provisório devido há falta de acordo e

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

de harmonização entre os Presidentes de Junta de Freguesia. O tempo é o melhor medidor dos comportamentos. A data de pagamento consta do protocolo quando refere pagamentos trimestrais. Dada a forma da questão colocada examinarão a possibilidade de obter outra forma de satisfação. A D. Susana Manco estava distraída e fez alguma confusão nas obras mencionadas porque colocou ao mesmo nível pequenas obras com investimentos. O Quadro Comunitário de Apoio divide-se entre o primeiro e o segundo triénio, e, como têm cotas de afectação, têm de priorizar o destino de aplicação das mesmas. As obras não são só feitas a critério da Câmara mas também procurando a possibilidade de aceder aos apoios.-----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que os serviços não sabem a que se destinam as verbas atribuídas e daí não saberem se as devem colocar em despesas correntes ou de capital. No Orçamento Geral de Estado são 60% de despesas de capital e 40% de despesas correntes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse não haver falta de transparência da parte da Câmara. O contrário seria dizer onde as Juntas iriam gastar o dinheiro. Pensa que a D. Susana devia querer dizer sistematização, mas a Câmara não deve sistematizar os investimentos das Juntas. Segundo a lei as despesas são para as escolas do ensino básico. Nalgumas questões a Câmara pode colaborar mas quem tem a despesa da escola E.B. 2,3 é o Ministério da Educação.-----

-----O senhor Paulo Patrício (PSD) disse que os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia de Roliça votaram contra o orçamento da Junta porque as suas prioridades não são as mesmas do BP. O BP tem maioria na Assembleia de Freguesia de Roliça, mas se a senhora Presidente da Junta de Freguesia precisasse do seu voto para aprovar o orçamento podia contar com ele. Lembrou que ainda este ano foi com o seu voto que foram aprovadas as contas da Junta de Freguesia de Roliça, devido à falta de um elemento do BP nessa sessão da Assembleia de Freguesia. A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça pode sempre contar com os votos dos eleitos do PSD para lhe viabilizarem a aprovação do orçamento.-----

-----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (CDU) disse ser lógico que os vereadores recebam quem entendam. O que disse é que o vice-Presidente da Câmara tem obrigação de reuniu com todas as Juntas de Freguesia de igual forma. Não disse que o Presidente da Câmara substituíria o vice-Presidente nas reuniões da Comissão de Urbanismo, mas sim que os Presidentes de Junta de Freguesia têm grande necessidade de falar dos seus problemas nessas reuniões e não teriam essa necessidade se reunissem com o vice-Presidente da Câmara.-----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse que quem está distraído é o senhor Presidente da Câmara. Falou no contexto da distribuição de competências de capitais e mesmo nestas seria mais correcto se as Juntas recebessem em função das suas competências. Ninguém pensa que as Juntas maltratem os dinheiros públicos, muito pelo contrário. O senhor Presidente da Câmara disse que iriam examinar a forma de se proceder ao pagamento das tranches de uma forma que trimestral. Gostava de saber se tenciona pagar no inicio de cada trimestre. Quando ouviu o senhor Presidente da Câmara dizer na festa do Sobral do Parelhão que faria as obras se tivesse orçamento

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

aprovado, pensou que já tinha ouvido tudo. Hoje ouviu pior, porque o senhor Presidente da Câmara conseguiu virar os Presidentes de Junta de Freguesia uns contra os outros, solicitando-lhe que não faça isso porque está provado que se não chegaram a um consenso é porque não reuniram o suficiente para que tal fosse possível. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal disse que foi eleito para defender a sua freguesia e é isso que tenta fazer. Reconheceu que esta Câmara do PSD tem apresentado uma forma de trabalhar com as Juntas de Freguesia, Poderá não ser a melhor mas justiça seja feita, esta Câmara na pessoa do seu vice-Presidente que tem sido preponderante, está de parabéns. A forma mais correcta de distribuição de verbas passa por ter em atenção o destino das mesmas. Lembrou que a freguesia do Carvalhal tem 33,2 km<sup>2</sup>, considerando que se alguém está prejudicado são os carvalhenses. Lembrou que o Carvalhal tem 8 lugares e 32 casais que citou, pelo que tem muitos arruamentos e valetas. Tem 6 escolas e 3 jardins com um total de 12 salas, não ficando muito aquém de Bombarral e Roliça. É preciso futuramente olhar para as áreas para as quais são distribuídas as verbas. Louva a Câmara por dispor de € 310.000 para as Juntas de Freguesia, mas não está de acordo com a forma de distribuição.-----

-----O senhor Luís Montez (CDS/PP) subscreveu a proposta de um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Armando rego e pelas 60 mil vítimas da Ásia. Disse que o CDS/PP nada tem contra o protocolo, verificando que houve um esforço para aumentar as verbas para as Juntas de Freguesia. Os critérios possivelmente terão de ser diferentes. Relativamente a um recente comunicado do PSD, solicitou esclarecimentos sobre qual o trabalho do Secretário de Estado Feliciano Duarte e do Deputado João Duarte que possibilitou a assinatura do protocolo com as Juntas de Freguesia no âmbito da modernização administrativa. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse não ter ido ao Sobral oferecer nenhuma prenda. O Presidente da colectividade é que se lhe dirigiu dizendo, nas amáveis palavras que lhe dirigiu, que tinha prendas para lhe dar e tirou do barrete duas prendas. No momento de agradecer a cortesia referiu o estudo prévio do arranjo do Largo, tendo referido que para haver obra é preciso haver orçamento. Quanto à forma de pagamento às Juntas, estava-se a referir à possibilidade de pagamento no início do trimestre. Considerou que é a senhora D. Susana Manco quem está a tentar dividir os Presidentes de Junta de Freguesia. O que viu foi todos os Presidentes de Junta de Freguesia dizerem que desejam mais dinheiro.-----

-----O senhor vice-Presidente da Câmara lembrou que já na última reunião fez uma intervenção sobre esta matéria, considerando conveniente clarificar quais as suas competências na área das Juntas de Freguesia. Os Presidentes de Junta de Freguesia sabem que existem problemas que não pode resolver por não ter competências na área das obras municipais. As competências que têm são muito limitativas. Mostrou-se disponível para que essas competências fossem alargadas mas tal não foi possível. Espera que no futuro os autarcas deste concelho continuem com este processo evolutivo. Lembrou que no tempo da Câmara do PS não havia delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Quanto à fórmula de distribuição das verbas,

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

chegaram à conclusão que a antiga fórmula do FEF é a mais adaptada e equilibrada. A não ser que haja uma solução para outra fórmula. Quando não se está de acordo tem de se apresentar outras soluções. Quanto às datas dos pagamentos em sempre pressionado para que os mesmos sejam feitos a tempo e horas. Concorda que o pagamento deve ser feito no início do trimestre. Não leu o comunicado do PSD, mas o que sabe é que o PSD falou nos protocolos que a administração central celebrou com as Juntas de Freguesia e onde colaborou para resolver alguns dos problemas existentes. Disse que a liberdade é igual para todos e o tempo do Partido Comunista já passou, Estaline e Lenine já morreram à muito tempo e o muro de Berlim já caiu. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral disse que o PSD fez um comunicado a congratular-se com o excelente trabalho desenvolvido pelo senhor Secretário de Estado Feliciano Duarte e pelo senhor Deputado João Carlos. Sobre o ponto referido, também se congratularam e todos os Presidentes de Junta de Freguesia sabem que o Dr. Feliciano Barreiras Duarte, com sentido de Estado e amor pela sua terra, teve mão no processo para que o Bombarral e a Roliça tivessem um protocolo de modernização administrativa. Posteriormente as outras três Juntas de Freguesia assinaram também idênticos protocolos. -----

-----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (CDU) disse não ter conseguido perceber a que propósito apareceram o PCP, o muro de Berlim e Estaline na intervenção do senhor vice-Presidente da Câmara. Disse que lições de liberdade não lhe dão a si nem a nenhum membro do PCP. Se o senhor vice-Presidente estava preocupado com a possibilidade de um executivo comunista no Bombarral, disse que se pintava de laranja se não fizessem melhor do que o PSD tem feito. -----

-----O senhor vice-Presidente da Câmara em defesa da honra disse que quando fez as referências que fez não foi com o intuito de ofender, mas perante a intervenção que ouviu levou-o a ter de responder daquela forma. A D. M.<sup>a</sup> Los Angeles estava-se a basear no que ouviu mas todos os Presidentes de Junta de Freguesia sabem que os rata por igual, pelo que a afirmação foi abusiva e não corresponde à realidade. Não dá nem recebe lições de liberdade, porque ninguém é dono da liberdade. Há países que têm dados exemplos de liberdade, como no caso recente da Ucrânia. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse que efectivamente com esta Câmara as Juntas de Freguesia tiveram um papel de realce em termos da distribuição das verbas, Quando o senhor vice-Presidente da Câmara referiu que o critério de distribuição de verbas era aquele a que os Presidentes de Junta tinham chegado a acordo, relembra que isso foi há 2 anos, tendo ficado de ao longo de 2004 encontrar outro método, o que não sucedeu. A situação tem evoluído e bem. Os critérios de distribuição das verbas é que não aqueles que os Presidentes de Junta desejariam, conforme as 4 Juntas que já se pronunciaram, porque 1 é muda. Espera que em 2005 haja mais diálogo. Não há nenhuma Junta contra outra – cada um tem o seu ponto de vista. -----

-----O senhor Luís Montez (CDS/PP) solicitou esclarecimentos sobre se é ou não verdade que o Presidente de Junta de Freguesia de Vale Covo disse há pouco que não houve reuniões dos Presidentes de Junta com o respectivo vereador. -----

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que o que está em acta será oportunamente objecto de apreciação pelos membros da Assembleia. -----

-----Colocado à votação, foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o seguinte protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia para o ano 2005: “Considerando ter esta autarquia todo o interesse em apoiar a actividade desenvolvida pelas Juntas de Freguesia sendo favorável à descentralização de funções; Considerando a necessidade expressa pelos presidentes de Junta de Freguesia de continuarem a contar com o apoio financeiro que tem vindo a ser concedido por esta autarquia nos últimos anos; Considerando o disposto no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, o qual autoriza a Câmara, sob autorização da Assembleia Municipal, a delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolo; Considerando que do protocolo têm que figurar todos os direitos e obrigações de ambas as partes, nomeadamente os meios financeiros, a meios técnicos e humanos e as matérias objecto de delegação; A Câmara Municipal de Bombarral, coloca à aprovação a celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Bombarral e as Juntas de Freguesia deste concelho, com as seguintes delegações de competências previstas no artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro: A) Que sejam transferidas para todas as Juntas de Freguesia deste concelho as seguintes competências: a) Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos; b) Conservação, calcetamento (trabalhos de natureza simples – nomeadamente correcção de pequenos buracos) e limpeza de ruas e passeios; c) Gestão e conservação de pequenos jardins e outros espaços ajardinados (nomeadamente – interior de rotundas e separadores de trânsito, floreiras em passeios públicos, etc.); d) Colocação e manutenção da sinalização toponímica; e) Conservação e reparação de escolas do ensino básico e do ensino pré-primário (trabalhos de natureza simples tais como: mudança de fechaduras, vidros e lâmpadas, substituição de louças sanitárias, limpeza do espaço exterior, etc); B) Que, pela delegação supra referida seja atribuído o valor de € 310.000 a distribuir pelas Juntas de Freguesia, pela forma seguinte: - Junta de Freguesia de Bombarral – € 95.177,60; - Junta de Freguesia de Carvalhal – € 77.041,84; - Junta de Freguesia de Pó – € 33.932,40; - Junta de Freguesia de Roliça – € 64.943,38; - Junta de Freguesia de Vale Covo – € 38.904,77. C) A Câmara Municipal de Bombarral fornecerá ainda às Juntas de Freguesia o herbicida necessário para os trabalhos de pulverização; D) Que o valor a transferir para as Juntas de Freguesia seja incluída no orçamento para 2005 sendo esta verba transferida em quatro tranches trimestrais durante o ano de 2005.” -----

-----Pelos 23.40 horas, foi a sessão interrompida por 2 minutos. -----

-----Pelos 23.50 horas foi a sessão reatada. -----

-----**PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PPI DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL PARA O ANO 2005:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra lendo a apresentação das grandes opções do plano e orçamento para 2005, acrescentando que em 27.12.2004 as taxas de execução eram as seguintes: receita corrente – 97%; receita de capital – 31%; despesa corrente – 86% e despesa de capital – 41%. Informou que a receita corrente tem pago cerca de 10% da despesa de capital.



## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

A taxa de crescimento proposta para 2005 é de 6% nas receitas correntes, 0,18% nas receitas de capital, 5,7% nas despesas correntes e decréscimo de 3,7% nas despesas de capital. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) declarou que: “Este orçamento é um exercício de mera contabilidade. Não traduz nenhuma política. Vem, aliás, na linha dos anteriores deste mandato. Estamos, pois, perante mais do mesmo. Trata-se, basicamente de um orçamento com uma lógica de mera tesouraria. O que interessa é acertar as despesas com as receitas e está feito. Porque é que se recebe e porque é que se paga, que estratégia de desenvolvimento está subjacente a estes movimentos não se revela, não se infere, nem tão pouco interessa.. A Câmara Municipal aprovou há bem pouco tempo um documento feito por uma empresa de consultoria denominado “Plano de Desenvolvimento Estratégico do Concelho do Bombarral”. Neste orçamento, não se gasta uma palavra que seja sobre tal documento e sobre a estratégia de desenvolvimento (goste-se ou não, suficiente ou insuficiente) que lhe está subjacente. Não se elencam as sugestões recomendadas, não se estabelece qualquer cronograma ou critério de prioridades que aponte um caminho, uma estratégia. Passando à análise dos números propriamente dita e numa primeira observação macro, verificamos que o grande impacto de crescimento neste orçamento situa-se nas despesas correntes que aumentam, nada mais, nada menos que 15 %, face ao Orçamento para 2004. Nos tempos que correm, de vacas magras e de controle das despesas públicas, este Orçamento exuberantemente despesista, quase que o podemos classificar como ofensivo. Em contra-ponto, o investimento produtivo – as despesas de capital - crescem, ou melhor, anuncia-se a intenção de crescimento de 0,8 %. E, apesar de ser um crescimento praticamente nulo, é de facto, apenas e tão só uma mera declaração de intenções, que mais uma vez não corresponderá, nem de perto nem de longe, à realidade. A 7 de Dezembro de 2004, como vimos, as despesas de capital tinham um grau de execução de 42 %, cerca de 3.712.000 €. Não nos queiram convencer que para o ano é que é, que para o ano se vão realizar investimentos na ordem dos 8.800.000 €, mais do dobro do realizado este ano. O mesmo se diga das receitas de capital que tiveram um grau de execução de 32 % a 7 de Dezembro de 2004, cerca de 2.600.000 € e que agora nos propõem que acreditemos que para o ano vão subir para cerca de 8.800.000 €, quase três vezes e meia. Há em tudo isto uma realidade política demasiado importante – pior que o Orçamento que já não é grande coisa, antes pelo contrário, é a capacidade, ou melhor, a falta dela por parte do executivo camarário e , *maxime*, do Presidente da Câmara, para o executar. Os últimos anos demonstraram à sociedade e de uma forma clara e que não deixa quaisquer dúvidas, que não são capazes de o fazer. Coloca-se aqui portanto, uma questão de falta de credibilidade de quem apresenta este documento. Pior do que o Orçamento, que já é mau, é a equipa que o (não) irá executar. Só para ilustrar o quanto este Orçamento é despesista, atente-se na rubrica das despesas com pessoal – que ultrapassam os 3.300.000 €, mais de 50% da totalidade das despesas correntes. E, como todos sabemos e tem sido prática corrente por parte do executivo camarário, este montante não vai ficar por aqui, pois para o ano, invariavelmente se irá cumprir a tradição; lá teremos mais uma revisão

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

orçamental para se poder pagar as horas extraordinárias, o que fará subir esta rubrica orçamental, bem como o seu peso relativo nas despesas correntes. Vejam-se a propósito, os números insuspeitos do Instituto Nacional de Estatística referentes ao ano de 2002 (último publicado) e relativos a todos os municípios nossos vizinhos na Região Oeste, através dos quais se verifica que no município do Bombarral, as despesas com pessoal representaram mais de 57 % do total das despesas correntes, só tendo sido ultrapassado nesta classificação negativa por Peniche com 59 %. Perante os custos do Estádio Municipal pergunto onde vamos parar? Estamos a hipotecar o futuro do concelho. Penso que o Estádio Municipal de Óbidos custou apenas 220 mil contos. Quanto ao ciclismo, é algo extraordinário não encontrar a verba de apoio à equipa profissional de ciclismo, porque tanto quanto me lembro, houve uma deliberação de Câmara que aprovou este apoio para a próxima época. Qual a razão de não encontrar esta verba? O executivo, em especial o Presidente da Câmara, não atendeu à proposta feita na Câmara pelos vereadores do Bombarral Primeiro para se encontrar uma plataforma mínima de consenso, que passava pela redução da despesa corrente, no mínimo, para os níveis de 2004 e por maior rigor na previsão das receitas de investimento – com as vendas de terrenos, que de há muitos anos a esta parte aparecem em todos os Orçamentos para compor a receita mas que nunca chegam a ser vendidos. São, como já tivemos oportunidade de dizer, a propósito da discussão de orçamentos anteriores, uma autêntica “galinha dos ovos de ouro”. Fazem-nos lembrar aquela clássica partida de alguém que, sentado numa esplanada, coloca no passeio uma nota de elevado valor amarrado por um cordel e quando algum transeunte se agacha para a apanhar, o brincalhão puxa o cordel e guarda-a para si. Com uma só nota se enganam muitos pategos. Este Orçamento será o último e ainda bem, na nossa opinião, deste mandato. Mas, mais do que um Orçamento de fim de mandato, este é também um orçamento de fim de ciclo, um ciclo de 16 anos, que foi mau para o Concelho e para as aspirações dos bombarralenses e que começou em 1988 com o Partido Socialista e Carlos Serafim e continuou até agora com o PSD e Albuquerque Álvaro. E esta apreciação não tem qualquer carga subjectiva, não tem subjacente qualquer preocupação em encontrar culpados, nada tem de pessoal relativamente às pessoas em questão, nem aos partidos políticos que as escolheram para encabeçar os projectos. Essa guerra não é a nossa. Trata-se tão só e apenas de uma mera constatação objectiva de uma realidade factica que salta à vista de todos. Desgraçadamente coincidiu com o período pós adesão à União Europeia em que Portugal recebeu o grosso da fatia dos fundos comunitários, o que permitiu à maioria dos municípios portugueses, aí se incluindo os concelhos nossos vizinhos e parceiros na Região Oeste, dar um significativo salto qualitativo no desenvolvimento económico, social e cultural, indo de encontro aos anseios da melhoria da qualidade de vida das suas populações. Nós por cá, não soubemos durante todo este tempo aproveitar as oportunidades, antes as desbaratámos em prejuízo do bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes. E, se apesar de isto ser uma evidência e estar bem patente em todo o concelho – a degradação do património construído e ambiental, a falta de uma política urbanística de qualidade, a falta de investimento e de criação de postos de

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

trabalho, o desleixo evidenciado no tratamento dos espaços e vias públicas e ser o sentimento generalizado da população, para que não restem dúvidas, analisem-se alguns indicadores económicos e das condições sociais publicados pelas entidades oficiais e relativos ao nosso Concelho e aos concelhos vizinhos. O Bombarral bem precisado está de uma nova política e de uma nova equipa para a executar.”-----

-----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles (CDU) disse ter recebido hoje a acta da reunião de Câmara de 07.12.2004, que diz respeito à aprovação das propostas de orçamento e PPI e não conseguiu perceber o que leu. Iniciou-se uma votação que foi interrompida para tentar um consenso e para seu espanto às 16.15 horas ausentam-se dois vereadores – Jorge Franca (que não tinha votado) e Manuel Quintino (que tinha votado) e de seguida foi retomada a votação. Por estranho que pareça verifica-se um empate porque afinal os que tinham votado inicialmente também contaram. Há qualquer coisa nesta votação que a torna uma das coisas mais estranhas que viu na vida. Não sabe como estão a analisar documentos que não sabem se foram ou não aprovados na Câmara. Agradecia que lhe explicassem o que se passou. Gostava que lhe fosse esclarecido o que está previsto em relação à supressão das barreiras arquitectónicas. Quanto ao complexo desportivo do Falcão, primeira e única prioridade do mandato, gostava de conhecer o estudo de viabilidade económica. Disse não ter encontrado no PPI os arranjos exteriores dos largos de São Mamede e Sobral do Parelhão. Também o apoio ao ciclismo foi aprovado, mas agora não vem em orçamento. Quanto à área de actividades económicas, questionou se é a ZIO e que passos vão ser dados com € 25.000. --- -----

-----A senhora D. Susana Manco (PS) disse ter a sensação de que isto não vai ser muito demorado, até porque é tudo repetitivo, começando a ser fastidioso olhar para estes documentos. Não escondem a perplexidade ao lerem a acta de 7.12.2004 da Câmara Municipal. Supondo que a mesma espelha a verdade, parece-lhe que essa reunião está ferida de moralidade e espelha a desorientação do Presidente da Câmara no executivo e na forma como gere os assuntos. Pegaram no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho, acerca do qual e por sugestão do PSD foi feito um debate onde foi dito que a estratégia deve ser conduzida pela Câmara Municipal, investindo no turismo e na valorização ambiental, e fizeram o trabalho de casa comparando este documento com o PPI. No Ambiente no PEDC são mencionadas duas medidas urgentes – plano municipal do ambiente (no PPI nem vê-lo) e a valorização paisagística do Picoto (€ 2000 em PPI para percursos pedonais e € 80000 da medida AGRIS). No ordenamento do território, o PEDC propõe a elaboração de vários planos de pormenores de aglomerados e zonas de expansão, mas em PPI sé vêem € 2.500 para planos de salvaguarda. Na saúde o PEDC tem duas propostas de extrema prioridade, mas no PPI vem zero. Na cultura o PEDC fala no plano director cultural (zero no PPI) e no parque cultural da vinha e do vinho (€ 5000 em PPI para o centro vinícola). Na acção social no PEDC são feitas propostas tão simples como ATL's e a rede municipal de equipamentos para a terceira idade, mas em PPI vem zero. No PPI encontram algo extraordinário que é a receita da venda dos terrenos do pólo II. O PPI prevê uma receita de 750.000 contos mas continua a prever gastar € 400.000,

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

parecendo obras de Santa Engrácia que nunca mais vão acabar. Se se tirou alguma conclusão do colóquio sobre o PEDC, é a de que o Bombarral tem de definir um caminho. O senhor Presidente da Câmara falou hoje em requalificação e disse que estava interessado em reunir com os Presidentes de Junta de Freguesia. Lembrou que a requalificação é a máxima urgência do PEDC. O certo é que o Presidente da Câmara quase empenhou a autarquia na requalificação da Praça do município com o parque de estacionamento, gastando uma verba que podia requalificar todos os largos do concelho. No Orçamento aparecer € 5.000 para o URBCOM, que foi chumbado. Pergunta se esta verba é para escamotear outras verbas. As propostas do Presidente da Câmara já não têm credibilidade. A conclusão a que chegam é que isto era fácil de fazer. Bastava chegarem ao PEDC e em vez de o deitarem para o lixo, tivessem aprovado 20 ou 30% das propostas constantes do mesmo. O concelho precisa de requalificação política.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral declarou que: “se me permite vou apresentar de seguida a minha visão de autarca com responsabilidades na freguesia do Bombarral, sobre a proposta de orçamento e PPI apresentada a esta assembleia. Para que conste e sirva de “tableu de borde” durante o ano de 2005 vou aqui referir algumas das situações que acompanharemos e para as quais tentaremos dar o nosso melhor contributo se o orçamento e PPI forem aprovados. Referirei os esforços que a Câmara pretende desenvolver na nossa freguesia. E uma das particularidades que o trabalho desenvolvido nesta freguesia tem é que normalmente se podem enquadrar como serviço para todo o concelho já que como sede do mesmo é aqui que confluem diariamente a maior parte da nossa população, mais jovem ou menos jovem. Daí que os investimentos aplicados na freguesia do Bombarral sejam incomparáveis com as demais freguesias. Em matérias de eventos, nada de novo, mas na minha opinião não importa. importante mesmo é fazer bem aqueles que já vão sendo tradicionais e que apresentam já alguma qualidade. Eventos - feira infantil; festival da juventude; festival da música; feira do livro; festival do vinho português. Refira-se também a feira nacional da pêra rocha, organizada com muita qualidade pela Associação de Agricultores do Oeste. Relativamente aos planos estratégicos estes são o suporte fundamental do desenvolvimento do concelho por isso é com agrado que os vemos contemplados para aplicação em 2005 e estaremos atentos à sua aplicabilidade. Planos estratégicos - plano urbanização da vila; plano estratégico do concelho; planos de pormenor e estudos de viabilidade. Relativamente às obras anunciadas acompanharemos aquelas que sendo na freguesia servirão essencialmente os seus habitantes, mas também seguiremos o desenvolvimento daquelas que sendo na freguesia são de âmbito concelhio. Obras - rede de esgotos do estorninho; reforço de abastecimento de água à vila; construção, remodelação e ampliação de cemitérios - 100.000. Esta rubrica é contemplada com 100.000 euros só espero que sirva para ultrapassar os problemas dos meus colegas da roliça e do carvalho, mas espero também que sirva para dar uma cara nova e um embelezamento interior ao nosso cemitério concelhio; construção e beneficiação de espaços verdes - 10.000 - acho uma verba diminuta para dar a beleza que se deseja ver nos nossos jardins, bem como para

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

proceder aos ajardinamentos dos espaços verdes das urbanizações; arranjo urbanístico da praça da república; complexo desportivo e de lazer do falcão; construção do parque de estacionamento do largo do município; são obras de vulto às quais daremos a nossa melhor atenção estaremos igualmente atentos para ver a atenção que a câmara irá dar ao problema das acessibilidades para todos, especialmente para as pessoas com deficiência. Transportes rodoviários - aqui é que não estamos inteiramente satisfeitos, prevê-se obra na freguesia do Carvalho e da Roliça, cuja importância não ponho em dúvida, importância não só para a freguesia como para todo o concelho refiro-me à estrada Azambujeira / Baraçais, estrada Saimouca / Barrocalvo. Na nossa freguesia apenas vislumbramos uma situação e que não se refere apenas a esta freguesia, refiro-me à rectificação do traçado Portela / Sanguinhal. Fica a nossa preocupação e as perguntas ao sr presidente: e o traçado Barreiras / Portela? e o traçado Cintrão / Barreiras via ponte do arco? e o traçado Casal do Guerra / Casalinho? e o traçado Casal do Vale / Azambujeira incluindo os arruamentos desta localidade? São muitos os nossos problemas e os anseios da população que nos elegeu e infelizmente, nesta matéria, não há os projectos pelos quais lutamos e gostaríamos de ver realizados. Ficamos a esperança de ver a Câmara ter uma atitude enérgica perante estes e outros problemas apresentados e de poder dizer que a junta de freguesia do Bombarral conta com a cooperação da Câmara Municipal, para os resolver. Comércio e turismo - relativamente ao comércio e turismo, vejo que a rubrica foi aberta com 5.000 euros para a criação do centro estudos vinícola Bombarral, é pouco mas espero que com este pouco e muita boa vontade algo se possa fazer em prol da criação deste instituto concelhio que muito se identifica com aquilo que colocou o Bombarral no top dos concelhos vinícolas do país. Sr presidente, estou certo que nesta matéria não há documentos perfeitos, pois o que está bem para uns estará mal aos olhos de outros. mas este é o documento que o seu executivo aprovou e pretende ver aprovado também por esta assembleia. Para que possa ser posto em prática e permita o desenvolvimento continuado do concelho vamos viabilizá-lo, para que o executivo a que o sr preside possa trabalhar sem os habituais prejuízos para o concelho e para o município. Terminando pedindo aos membros desta assembleia que façam o mesmo a bem do concelho.”-----  
-----O senhor Luís Montez (CDS/PP) agradeceu ao senhor Abel Henriques a manifestação pública pelo trabalho de 14 anos do CDS à frente desta Câmara. Acredita que as palavras do senhor Presidente da Câmara quando deu a vitória nas próximas eleições autárquicas ao PS sejam apenas um lapso e não uma forte convicção. Declarou que: “Verificamos, mais uma vez, nomeadamente através de notícias e comunicados publicados na Imprensa Regional que a sua influência na governação deste concelho pouca foi ou nenhuma mesmo, tendo em conta que mais uma vez se constata que as obras que se estão ou vão, possivelmente, realizar só foram possíveis pelo, e passo a citar: “ empenho e o trabalho desenvolvido pelo senhor Secretário de Estado Feliciano Barreiras Duarte e pelo senhor Deputado João Carlos Barreiras Duarte, que possibilitou a obtenção de apoios financeiros para várias obras” fim de citação. Verificamos que até o protocolo com as 5 Juntas de Freguesia só se verificou pelo empenho dos mesmos. Senhor Presidente do Município - Não estamos de acordo,

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

com a forma eleitoralista como quer o senhor Secretário de Estado Feliciano Duarte, quer o senhor Deputado João Duarte, têm actuado sempre que um assina ou outro anuncia algum TNS, para o concelho do Bombarral. No entanto temos que reconhecer e fazer justiça aos mesmos pois o Bombarral tem conseguido avultadas verbas para a realização de algumas obras importantes para o nosso Concelho. Pena, que tantos entraves tenham sido criados quer à nomeação da Directora Financeira do Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, quer à nomeação da Sub Coordenadora do CAE Oeste, pessoas, note-se aliás, bombarralenses, com um curriculum profissional invejável. Se só hoje fazemos este reparo, fazemo-lo pela convicção que temos de que foram gastas energias e desaproveitadas sinergias que possivelmente, quem sabe, poderiam ter permitido a assinatura de mais protocolos TNS e contratos programa para o Bombarral. Senhor Presidente do Município - Perguntará V.Ex.a o que é que estas breves e iniciais palavras têm a ver com o Orçamento e Plano para 2005 que agora aqui discutimos e vamos votar. Se por um lado reconhecemos a mais valia que foi termos Bombarralenses no Governo e na Assembleia da República, por outro lado temos que reconhecer que V.Ex.a não tirou nenhum proveito real desta mais valia. Se por um lado é verdade que muitos milhares de Euros vieram para o Bombarral, por outro lado também é verdade que V.Ex.a nada fez para que isso acontecesse, até porque: “ mesmo que soubesse os eixos,(entenda-se TNS) premiados, ... não o diria” ( palavras suas constantes da acta 51/2004 do Município). Senhor Presidente do Município - Que bom seria se V.Ex.a pondera-se e reconhece-se a fraca prestação no seu desempenho à frente da Autarquia e nos desse a todos como prenda deste natal a sua, tão desejada por alguns, retirada antecipada da mesma . Mas pelo contrário e a fazer crer em alguma Imprensa V.Ex.a prepara-se para mais uma vez ser candidato à presidência deste Município. Senhor Presidente do Município - O CDS Partido Popular e os seus eleitos, contrariamente ao que V.Ex.a e a sua equipe de gestão possam pensar não é contra a realização dos Festivais do Vinho, da Musica, da Pêra Rocha, da Juventude ou de quaisquer Feiras ou outros Festivais que venham a ser criados e realizados. O CDS Partido Popular è, isso sim contra a contratação de empréstimos para a construção de parques de estacionamento subterrâneos e pela atribuição de subsídios a empresas privadas com orçamentos superiores ao orçamento geral do Estado, caso de Liberty Seguros. É nossa forte convicção, e disso temos dado todas as provas através das muitas propostas de recomendação à gestão do Município que temos feito aprovar nesta Assembleia, que o desenvolvimento sustentado e o futuro do Bombarral passa pela criação e oferta de produtos e serviços de interesse turístico de qualidade, devem estas actividades ser encaradas como um investimento e não como uma despesa, facto aliás que nos leva a não entender como é que num orçamento de 15 milhões e 419 mil Euros as verbas para relações públicas e turismo são de 0,86% . São as nossas principais preocupações o planeamento e o ordenamento urbanístico; o ambiente; a preservação e valorização do património histórico e cultural; a aposta na qualidade de vida; a criação de emprego e o fomento económico. Fomento económico a que V.Ex.a senhor Presidente dedica 0,06 % da sua proposta de orçamento para 2005. A gestão da autarquia deve ser feita à medida do Homem, à medida da Comunidade

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

onde ele se integra e à medida da Sociedade de que ele participa. A gestão da autarquia deve servir e não enterrar. A gestão da autarquia serve para dar respostas e não para entreter, serve para apoiar e não para embaraçar. A gestão da autarquia não pode deixar que as questões sociais não sejam uma prioridade, o apoio à 3ª Idade através do incentivo e implementação do apoio domiciliário a idosos, fomentando inclusive o voluntariado de reformados e não só, para os centros de dia a idosos. A implementação de protocolos com instituições vocacionadas para o tratamento de toxicodependentes e o apoio à Família, que quantas vezes fica abandonada e que também necessita de um forte apoio e acompanhamento. A criação de uma bolsa de emprego em que, conjuntamente com as empresas locais, poderão constituir um forte contributo para o combate contra o desemprego e mesmo o apoio aos empregadores, em colaboração com os centros de emprego locais. A educação que tem um novo modelo de gestão e prevê a participação do município, nos conselhos consultivos dos infantários e nas assembleias de escola e de pais do ensino básico e secundário, deve merecer toda a atenção e entrega abnegada e dedicada dos autarcas, pois alguns dos desvios comportamentais dos adolescentes e ou dos jovens, já vêm desde bebé. O apoio às associações de pais, com o contributo de ATL's e outras formas de preenchimento dos tempos livres das crianças dos infantários e das escolas do ensino básico, implementando e incentivando novos saberes. Mas, verificamos, com desagrado que num orçamento de 15 milhões e 419 mil Euros, V.Ex.a decidiu aplicar só 0,49 % em acção social e 0,18 % em educação. Que credibilidade merece uma gestão municipal, e um pelouro, que esquece os seus cidadãos mais idosos, e que há sua juventude, futura parte activa no desenvolvimento do concelho, através da realização de um Festival que mais parece um incentivo ao consumo de álcool e ao tabagismo, dedica 0,09 %, e pasme-se até mais 0,01 % do que os 0,08 % que dedica ao desporto num orçamento de 15 milhões e 419 mil Euros. A gestão de uma autarquia deve ser aberta, transparente, rigorosa e dialogante e o objectivo primeiro deve ser as populações. O papel da oposição é importante e por isso devia existir uma ligação institucional com todos os eleitos, tentando V.Ex.a, ao contrário do que faz, ter uma postura aglutinadora e fazer com que todos participassem activamente nas grandes questões do Concelho, em diálogo constante, franco e aberto e assim dignificar o papel de todos os eleitos. Os desafios que hoje se colocam a uma autarquia não são os desafios que V.Ex.a encontrou à 28 anos quando foi eleito vereador. No entanto V.Ex.a senhor Presidente e a sua gestão continuam a querer gerir este município sem preocupações ambientais e principalmente sem as preocupações básicas para se aprender a usar racionalmente a água, entender as pressões e os impactos dos múltiplos usos dos recursos hídricos – irrigação, transporte, energia, abastecimento – e saber quais os efeitos da poluição biológica ou química dos rios, lagos e mares. Senhor Presidente do município - Está na altura de colocar na agenda a hipotética disputa da água num cenário de escassez, perante o crescimento populacional e o aumento da procura dos recursos naturais, mas V.Ex.a senhor Presidente está mais preocupado em utilizar 0,12 % do orçamento do município para promoção eleitoral, caso de um famoso boletim eleitoral, perdão digo municipal. Senhor Presidente uma autarquia não é uma

## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

mercearia . Uma autarquia é uma empresa, onde é necessária uma contenção e uma gestão de escrupuloso rigor . Na apresentação e defesa do orçamento e PPI da autarquia podem até intervir os técnicos mas, acima de tudo esta defesa tem que ser politica, pois somos nós os eleitos e é V.Ex.a senhor Presidente que responde nas urnas e não os funcionários da autarquia . O orçamento de uma autarquia não é compatível com dados mais ou menos reais, mais ou menos irreais . E este orçamento e PPI que V.Ex.a nos apresenta dedica 728 mil 339 Euros a despesas diversas, ou seja 4,7 % do orçamento não está explicado de forma a que todos possam entender. O orçamento da autarquia tem que ser rigoroso pois a falta de rigor de um orçamento compromete quem vier a seguir para gerir o município após umas eleições . É V.Ex.a senhor Presidente mais uma vez não contente com o buraco financeiro que se vem arrastando ao longo dos seus mandatos, continua a cavar um buraco financeiro de 23 % do orçamento ao prever uma receita de 3 milhões 576 mil 690 Euros através da venda de terrenos, na sua maioria do tão famoso POLO II, sem que exista qualquer regulamento que estipule o preço de venda do metro quadrado ou permita mesmo a venda dos referidos lotes . Senhor Presidente do Município - Desde que V.Ex.a tomou posse como Presidente e responsável pela gestão do município, este admitiu para os serviços mais 85 funcionários para além dos que já existiam, dos quais 26 são contratados e alguns, pasme-se, até já com mais de 7 anos de renovações de contrato. Desde que V.Ex.a tomou posse como Presidente em 1993 os quadros do município aumentaram 46 % e num orçamento de 15 milhões e 419 mil Euros, V.Ex.a gasta 22 % com pessoal. Senhor Presidente do Município e senhores vereadores do PSD . Os gestores de hoje adoptam métodos modernos de gestão, investem na produtividade para que a cada dia adquiram maior competitividade e absorvem e interpretam com rapidez as mudanças e os anseios das populações residentes e do tecido empresarial, as potencialidades locais e regionais economicamente viáveis como a Agro-industrial, o Turismo, a Vinicultura, a Fruticultura, a Viticultura, a Horticultura, e as Energias Renováveis garantem produtividade evitando impactos ambientais. É importante que o município promova as experiências empresariais existentes no concelho de forma a servirem de referência para futuros empreendedores. É importante senhor Presidente que V.Ex.a, os seus vereadores e a oposição entendam de uma vez por todas e, ao fim de 30 anos de democracia que o futuro e a estratégia de desenvolvimento do Bombarral passa pela promoção de serviços e produtos de qualidade e não pela instalação de indústrias que se sugerem quando em actos eleitorais . Promover de forma competitiva os produtos tradicionais e os produtos fabricados no Bombarral, estimula programas de geração de tecnologia, formação de capital intelectual, e acima de tudo identifica as potencialidades locais e cria condições para que sejam transformadas em oportunidades de negócios. O turismo, em especial o ecoturismo, tende a tornar-se uma actividade económica e social cada vez mais importante para a Região, principalmente por se constituir numa alternativa concreta de geração de emprego e de rendimento para a população local, além de contribuir para a preservação do património arquitectónico e natural. Caracterizado como uma forma simples de aproveitamento económico da natureza, sem comprometer o meio ambiente, o ecoturismo e o turismo



## ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004

histórico é de um potencial inquestionável em todas as Freguesias do nosso Concelho. A criação de uma Escola Superior de Ensino no nosso concelho é e será sempre uma mais valia inquestionável na qualidade de vida dos nosso munícipes mas, e contando aqui aquela história do homem que todos os dias ia á Igreja pedir ao São Pedro para que lhe saísse a lotaria, nada mais conseguiu ao fim de muitos anos do que o São Pedro lhe dissesse se queres que te saia a lotaria ao menos compra uma cautela. E é assim deste modo que se perdem muitas oportunidades para o Concelho do Bombarral é que para que o governo saiba que nós também queremos essas oportunidades e temos condições para elas, ao menos temos que lhes dizer e apresentar as respectivas candidaturas. Senhor Presidente do Município hoje é importante ampliar os horizontes e modernizar conceitos e metodologias de gestão é importante contratar consultoria externa em gestão pública, treinar em comunicação e relacionamento interpessoal e em incremento da produtividade, criando níveis de satisfação funcional de forma a melhorar a qualidade do relacionamento interpessoal entre membros eleitos e servidores da autarquia. E V.Ex.a senhor Presidente do Município tem ao longo dos seus mandatos feito o caminho inverso a este comportamento acabando mesmo V.Ex.a por ser o actual contra poder desta autarquia. Senhor Presidente do município - Sobre, José Maria do Rosário Guilherme que foi presidente 1976 e 1989, escreveu a revista municipalismo que, e cito: - Sobre o seu impulso, o Bombarral alcançou um acentuado ritmo de desenvolvimento, traduzindo a sua maneira de ser dinâmica e empenhada, patenteada ao longos dos seus mandatos . Senhor Presidente do município, quer se goste, quer não se goste Sobre Feliciano Duarte e João Duarte muito se tem dito, pelos milhares de Euros que conseguiram trazer para a terra deles a nossa terra e das influências que têm ou tiveram e que V.Ex.a tão pouco sobre aproveitar para o nosso concelho . E do senhor ? Senhor Presidente . O que dirá e escreverá a história da autarquia para além do “MODUS OPERANDI” que entendeu utilizar para fazer aprovar este orçamento em sessão de câmara, interrompendo uma votação deixando os vereadores ausentarem-se da sessão para depois proceder de novo á votação de forma a aprovar este Orçamento e PPI que de outra forma teria chumbado na sessão de câmara. O que dirá e escreverá a história sobre a gestão despesista e sem rigor orçamental que V.Ex.a senhor Presidente tem feito ao longo dos anos, e vai deixar como herança aos que se lhe seguirem na condução dos destinos do município ? Sobre o que a história virá a escrever sobre a sua gestão só no futuro viremos a saber mas, de uma coisa pode V.Ex.a senhor Presidente pode estar certo é que a história nunca virá a escrever que o CDS Partido Popular e os seus eleitos, foram coniventes com a sua gestão ou com o seu modo de gestão e de lapidação patrimonial do Município do Bombarral pelo que iremos votar contra a aprovação deste Orçamento e PPI para o ano de 2005.”-----  
-----O senhor Manuel Patuleia (BP) questionou sobre quais as verbas previstas para o funcionamento das comissões da Assembleia Municipal durante o ano de 2005; sobre a que se destinam os € 10.000 relativos a acessibilidades; e sobre se está previsto o pagamento ao prof. Fabião das placas identificativas das árvores da Mata Municipal que lhe foram encomendadas e de que ninguém lhe diz nada sobre o respectivo pagamento. -----

## **ACTA N.º 14/2004 – Reunião de 28 de Dezembro de 2004**

-----Pelas 01.00 horas foi deliberado por maioria com 9 votos a favor, 1 abstenção e 15 votos contra, não prolongar a reunião por mais uma hora, pelo que os trabalhos prosseguirão no próximo dia 07 de Janeiro de 2005. -----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 01.05 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: